

A reinvenção do público: intelectuais, democracia e esfera pública

Fernando Perlatto¹

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir a importância que os intelectuais tiveram no contexto da modernização brasileira, conferindo dimensão pública às suas atividades. Além disso, busca-se destacar os novos dilemas e desafios colocados à intelectualidade brasileira diante de transformações ocorridas nos últimos anos, vinculadas, sobretudo, aos processos de institucionalização acadêmica, à mudança estrutural da esfera pública, ao alargamento do espaço privado sob os imperativos do mercado e ao avanço dos poderes midiáticos. Diante deste quadro, pretende-se apontar para as possibilidades do surgimento de novos espaços que permitam a reinvenção do público e a inserção do intelectual enquanto ator relevante no processo de uma modernização inclusiva.

Palavras-chaves: intelectuais; democracia; esfera pública.

Os intelectuais desempenharam papéis de suma importância no processo da modernização brasileira. Seja atuando em Academias e Institutos, seja na universidade, em partidos ou inseridos no aparelho de Estado, a inteligência brasileira buscou se inscrever na esfera pública, formulando e disputando projetos sobre o futuro da nação. Sintoma desta centralidade pode ser verificado na importância que a temática dos intelectuais vem ganhando no campo das ciências sociais brasileiras nos últimos anos, sendo abordadas ora questões relativas à morfologia e a composição interna do campo intelectual, ora preferindo-se esmiuçar as modalidades de sua contribuição para o trabalho cultural e político.

Conforme destaca Sergio Miceli, alguns trabalhos contribuem para ilustrar a fecundidade deste campo, possibilitando diferentes abordagens, como, por exemplo, sua obra

¹ Mestrando em Sociologia pelo Instituto de Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), sob orientação de Luiz Werneck Vianna.

Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945), de 1979, que mobiliza argumentos sociológicos com tinturas culturalistas; o livro de Daniel Pécaut, *Os intelectuais e a política no Brasil (Entre o povo e a nação)*, de 1990, que se vale de argumentos doutrinários-politicistas; e os argumentos organizacionais e institucionalistas, utilizados por Simon Schwartzman, na obra *Formação da comunidade científica no Brasil*, de 1979 (MICELI, 1999).²

Diversas outras pesquisas – como, por exemplo, *Teatro das Sombras. A política imperial*, de José Murilo de Carvalho, *O quinto século e a construção do Brasil*, de Maria Alice Rezende de Carvalho, *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, de Nicolau Sevcenko, *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*, de Caio Navarro Toledo – podem ser citadas como obras de referência para a compreensão da centralidade que os intelectuais tiveram para a formação do país e no contexto da modernização brasileira.

Em decorrência de variados processos, esta tradição da intelectualidade brasileira – caracterizada pela *inserção na esfera pública* – vem sendo abandonada sistematicamente nos últimos anos. E são justamente estes processos que pretendemos abordar no decorrer deste artigo. Primeiramente, discutiremos o papel central que a intelectualidade desempenhou no decorrer da modernização brasileira, atuando dentro ou fora do Estado, conferindo dimensão pública à sua atividade. Desde a Independência, a nossa *intelligentsia* tem mantido lugar de destaque no debate público, pautando questões e influenciando os rumos da modernização brasileira. Em segundo lugar, demonstraremos a importante posição que a intelectualidade ocupou recentemente no processo de redemocratização do país, atuando junto com outros setores da sociedade na luta contra o regime militar instaurado em 1964 e pautando os debates em torno da construção de uma nova sociedade.

Posteriormente, apontaremos para as recentes transformações – como o fim da União Soviética, a crítica ao marxismo e ao socialismo, a institucionalização acadêmica, a mudança estrutural da esfera pública, o alargamento do espaço privado sob os imperativos do mercado e o avanço dos poderes midiáticos – que contribuíram para colocar a *intelligentsia* brasileira diante de novos dilemas e desafios. Por fim, discutiremos sobre as possibilidades do

² Miceli também aponta quatro outros estudos publicados nos últimos anos que trouxeram contribuições significativas e inovadoras aos paradigmas de análise sobre os intelectuais, recuperando dimensões da atividade intelectual, que não haviam recebido até então tratamento adequado: BOMENY, Helena. (1994), *Guardiões da Razão: Modernistas Mineiros*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ / Tempo Brasileiro; GOMES, Angela de Castro. (1996), *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas; VILHENA, Luís Rodolfo. (1997), *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*, Rio de Janeiro: Funarte, Fundação Getúlio Vargas; PONTES, Heloisa. (1998), *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*, São Paulo, Companhia das Letras.

surgimento de novos espaços que permitam a reinvenção do público e a inserção do intelectual enquanto ator relevante no processo de uma modernização inclusiva.

Um estudo a respeito dos intelectuais corre o sério risco de cair no erro da falsa generalização. É um equívoco falar deles como se pertencessem a uma categoria homogênea e constituíssem uma massa indistinta (BOBBIO, 1997). A noção de *intelectual* possui um caráter polissêmico e polimorfo, sendo difícil estabelecer os contornos deste agrupamento heterogêneo (SIRINELLI, 1996). Surgida no contexto do caso Dreyfus na França no final do século XIX, o conceito de “intelectual” e qual seria a função deste agente na sociedade sempre foi alvo de amplos debates, dos quais participaram, entre outros, Julien Benda, Antonio Gramsci, Karl Mannheim, Jean Paul Sartre, Raymond Aron, Noam Chomsky, Edward Said, Norberto Bobbio e Jürgen Habermas. Devido à dificuldade de uma definição rígida do termo, privilegiaremos – tal qual Daniel Pécaut e tantos outros estudiosos do tema – a idéia do intelectual vinculado às Ciências Sociais, embora nossa análise não se restrinja a eles. O que nos interessa reter é o papel que este intelectual desempenha na Cidade, levantando questões que dizem respeito ao interesse público (REIS, 2000).

Embora reconhecendo a autonomia e a originalidade dos intelectuais, é importante ressaltar que eles se movem dentro de um contexto determinado, que influencia, de variadas maneiras, as suas reflexões e produções. Conforme destaca Heloísa Pontes, podem ser distinguidas duas formas de abordagem no estudo dos intelectuais: a *internalista* e a *externalista*. A primeira – herdeira das contribuições teóricas fornecidas pela lingüística cultural, pela semiologia e pelos debates travados no âmbito da história da arte – privilegiaria uma análise interna das obras e dos produtos culturais, que teriam sua inteligibilidade garantida pelo sistema interno de sua produção. A segunda enfatizaria sobretudo as condições sociais da produção das obras, dando conta do perfil ideológico dos intelectuais e de suas práticas sociais (PONTES, 1997). No decorrer do artigo, enfatizaremos esta segunda dimensão, destacando a conjuntura na qual se deslocaram os intelectuais brasileiros nos últimos anos.

NASCE UMA TRADIÇÃO: INTELECTUAIS E VIDA PÚBLICA

Apesar de existentes desde a colônia, quando reuniam apenas uma restrita parte dos “letrados” da sociedade colonial (CAVALCANTE, 1995), as Academias e Institutos espalharam-se com mais vigor pelo país no decorrer do século XIX, constituindo-se em espaços de animação intelectual e construção de ideologias profissionais. Conforme destaca

Maria Alice Rezende de Carvalho, a reprodução das Academias no século XIX atesta, no plano cultural, o andamento de uma modernização em compromisso com o passado, na medida em que muitas destas agências intelectuais eram organizadas pelo Estado e vinculadas diretamente ao círculo ilustrado imperial. (CARVALHO, 2007). O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) – o mais importante do gênero neste período –, além de reunir a nata da política imperial, tinha suas reuniões freqüentadas, a partir dos anos 40, por dom Pedro II, evidenciando o caráter desta instituição, que atuará significativamente na construção de uma memória oficial do país (SCHWARCZ, 1993). Dessa forma, ao tomar para si a organização dos intelectuais como elemento constitutivo do seu poder, a monarquia brasileira acabou por conferir *dimensão pública* à atividade intelectual (CARVALHO, 2007).³

Durante a primeira República, no intuito de modernizar rapidamente o país, os intelectuais voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a única tábua de salvação capaz de abrir caminho para a construção de um novo mundo. O engajamento tornou-se a condição ética do homem de letras da *Belle Époque*, que tendia a se considerar não só o agente das transformações em curso da sociedade, mas como própria condição precípua para seu desencadeamento e realização. Houve durante a República a ampliação da esfera pública e muitos escritores fizeram de suas obras, sobretudo literárias, instrumentos de pressão e de transformação social e política (SEVCENKO, 1983).

A partir dos anos 20 a 40, houve uma grande politização de setores importantes da intelectualidade brasileira, expressando a conversão dos mesmos à ação política. A *questão nacional* passou a se constituir em uma preocupação constante, conferindo-se ao poder político a capacidade demiúrgica de edificar a nacionalidade (REGO, 1993). Como *intelligentsia*, esse estrato da intelectualidade foi mobilizado e chamado para o interior do Estado no sentido da elevação do Brasil à categoria de moderno, mobilizando para tanto a temática da Nação. Porém, setor importante da intelectualidade colocou-se de maneira crítica a esta modernização conservadora, como pode ser evidenciado pelo importante papel desempenhado pelo Primeiro Congresso de Escritores Brasileiros, realizado em 1945, com sua veemente crítica ao autoritarismo do regime varguista.

Nos anos 50 e 60, a intelectualidade brasileira reafirmou a tradição da dimensão pública de sua atividade e foi de encontro aos interesses da sociedade. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955, reunia intelectuais como Hélio Jaguaribe, Roland

³ Alguns intelectuais de importância significativa da elite imperial atuaram de maneira significativa no interior do aparelho estatal, sobretudo através do Conselho de Estado. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das sombras. A política imperial*. (1977), São Paulo, Vértice / Iuperj.

Corbisier, Álvaro Pinto, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos e Candido Mendes, que, apesar de significativas diferenças, buscavam construir uma ideologia desenvolvimentista identificada com os anseios populares (TOLEDO, 1978; KONDER, 2001). Além do ISEB, outras instituições e movimentos – como o Centro Popular de Cultura Brasileira (CPC-UNE), o Movimento de Cultura Popular (MPC), incentivado por Paulo Freire, o Movimento de Educação de Base (MEB) e o PCB (Partido Comunista Brasileiro) – atuaram no intuito de transformar a sociedade através da intervenção da “ideologia”.

Embora autoritária e repressora – sobretudo entre os anos 1969 e 1975 –, a ditadura militar investiu pesadamente na ciência e acabou por estimular o desenvolvimento das universidades públicas, tendo conseqüências diretas sobre as Ciências Sociais. Conforme destaca Pécaut, um regime que tinha a pretensão de enfatizar a segurança nacional e o desenvolvimento econômico, não poderia se desinteressar da política científica (PÉCAUT, 1990). Além das instituições públicas, houve, nos anos 60 e 70, a criação de vários institutos particulares destinados aos estudos sociológicos e políticos, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), que contavam com o apoio de fontes diversas, como a Fundação Ford e a fundação Cândido Mendes. Esse período será marcado pela profissionalização e institucionalização crescente das ciências sociais, caracterizada pela grande preocupação com a cientificidade e a pesquisa empírica (FERNANDES, 1980).

Apesar da perseguição política sobre vários intelectuais – alguns serão obrigados a aposentar, outros serão torturados ou forçados a ir para o exílio – e suas instituições – ocorrerá o fechamento dos principais institutos democráticos de organização cultural dos anos 50 e 60, como os CPCs e o ISEB – haverá uma crescente expansão da produção nas ciências sociais, versando sobre assuntos diversos, como autoritarismo, dependência e modernização. Esses intelectuais valer-se-ão da legitimidade proporcionada pela profissionalização para criticar as posturas do regime militar – valendo-se de espaços como a *Revista da Civilização Brasileira* e o jornal *Opinião* –, somando forças com setores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e outras entidades, como a Organização dos Advogados do Brasil (OAB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Em torno destas instituições, se constituirá uma espécie de “partido” difuso, comprometido com a democratização e com forte tendência oposicionista ao regime limitar (LAHUERTA, 2001). Segundo Pécaut, a defesa de seus interesses materiais, as estratégias profissionais e a

luta pela liberdade tornar-se-ão aspectos de uma mesma lógica para esta *intelligentsia* (PÉCAUT, 1990).⁴

Os intelectuais passaram a atuar neste momento como um grupo articulado de oposição, com maior gravitação e definições sobre inúmeros temas cujo alcance transcendia o âmbito das demandas corporativas, influenciado decisivamente na disputa sobre qual modelo de modernidade seria seguido pelo país (GARCIA, 1985). Diante deste quadro, abriram-se novas possibilidades de inserção dos intelectuais na vida pública, confirmando os traços de sua identidade manheimiana, atuando no plano da defesa das liberdades civis e públicas e agenciando recursos para suas linhas de pesquisa, através de parcerias com o governo, fundações estrangeiras e, eventualmente, com a sociedade civil (VIANNA, 2004).

INTELECTUAIS E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Os momentos de transição e mudanças mais significativos da sociedade são marcados pela disputa acerca de projetos e perspectivas sobre aquilo que virá. O novo torna-se objeto de contestação e enfrentamento pelos grupos que desejam obstruí-lo, sofrendo a pressão do velho, que insiste em permanecer e que procura manter de todas as formas sua influência. Os anos que testemunharam o processo de redemocratização no Brasil trazem marcas características da dialética velho/novo, conservação/superação. Conforme destaca Eli Diniz, os anos 80 caracterizaram-se por uma crise de refundação da sociedade brasileira. Nessa conjuntura, o imperativo de ruptura com o passado veio à tona, radicalizando a agenda de mudanças. Segundo a autora, momentos como este nos quais ocorrem abalos dos alicerces de um dado padrão de expansão capitalista, favorecem a abertura de espaço para a definição de novas alternativas e “constituem um estímulo à reflexão sobre o papel de atores estratégicos na redefinição da antiga ordem, vindo à tona a discussão sobre a capacidade diferencial de respostas aos múltiplos desafios” (DINIZ, 1999: 12).

No decorrer do processo de redemocratização do Brasil ocorreram intensos debates acerca do futuro do país e sobre qual modelo de sociedade seria levado adiante. Os intelectuais tiveram grande participação nesse movimento, disputando idéias, elaborando posições e expondo publicamente suas propostas sobre o destino da nação. Livros em forma

⁴ Respeitando-se as peculiaridades de cada contexto, vale ressaltar que os intelectuais desempenharam papel importante em toda América Latina na luta contra as ditaduras que pulularam pelo continente. Ver: SOARES, Maria Suzana Arrosa. (1985), *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*, Porto Alegre, UFRGS. e MANSILLI, H.C.F, et. alii. (2004), *Os intelectuais e a política na América Latina*, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer.

de “manifestos” democráticos tiveram grande impacto – como *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho (1981), *Direito, cidadania e participação*, organizado por Francisco Weffort, Bolívar Lamounier e Maria Vitória Benevides (1981), *Cultura e democracia*, de Marilena Chauí (1981) e *Por que democracia?*, de Weffort (1984) – e foram objetos de intensos e apaixonados debates.

Com o fim da ditadura houve a disputa hegemônica acerca de qual projeto de modernização seria implantado no país. Conforme destaca Fernando Henrique Cardoso, “depois de anos de crítica ao autoritarismo, à exclusão social e à exploração econômica da maioria da população, os textos dos cientistas sociais começam a falar do novo” (CARDOSO, 1984: p.9). A questão não era mais a *resistência*, mas a disputa pelo *novo*, mesmo que este novo viesse muitas vezes imbricado pelo antigo. *Pari passu* às transformações contraditórias da sociedade – típicas de processos de revolução passiva –, o pensamento social brasileiro enfrentava os paradoxos, as idas e vindas característicos de uma sociedade em transição. Diferentes táticas pululavam nos debates e, embora a democracia fosse o ponto comum que unia estes setores como objetivo estratégico, havia evidentes diferenças sobre a forma de alcançá-la e o conteúdo que esta teria.

Por um lado, havia a possibilidade de uma transição *fraca*, seguindo o modelo liberal-corporativo, marcado pela ênfase no interesse individual, na propriedade privada, no Estado mínimo e na apologia à privatização; por outro, havia a proposta de uma transição *forte*, caracterizada pela democracia de massas, cuja ênfase estaria nos movimentos sociais e na formação de uma nova hegemonia a partir “de baixo”, cujo norte seria a construção do socialismo no país (COUTINHO, 1984). Apesar da Constituição de 1988 ter aberto possibilidades concretas para o aprofundamento da construção de uma esfera pública e democrática, a proposta baseada na modernidade liberal *saiu vencedora* desse processo de transição com a vitória de Collor e, posteriormente, de Fernando Henrique Cardoso, que ao executarem diversas reformas – pautadas no tripé estabilização, privatização do patrimônio estatal e abertura comercial – acabaram por promover uma radical transformação no papel estratégico do Estado (BOSCHI e LIMA, 2002).

Convém ressaltar que havia diferenças significativas no interior da intelectualidade acerca das táticas a serem adotadas no processo de transição, bem como referentes ao caráter que assumiria a sociedade brasileira pós-regime militar. Exemplo destas divergências pode ser observado na análise da transição democrática elaboradas por Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho, dois intelectuais de destaque no debate público nacional, que apesar de

fazerem parte do mesmo instrumento político – qual seja, o PT –, possuíam posições diferenciadas acerca da estratégia a ser adotada na transição da ditadura para a democracia.

Florestan Fernandes demonstrava total desconfiança diante da “Nova República” que surgia com a democratização do país, apontando para a sobrevivência do *antigo regime* devido à recomposição generalizada e global do sistema oligárquico. Segundo ele, as forças conservadoras, percebendo a agitação da população após o movimento pelas Diretas, avançaram no sentido de uma *composição pelo alto*, que impediu o *deslocamento de poder* para as classes subalternas. Florestan critica a oposição que, apegada ao conceito de *mudancismo*, acabou por privilegiar a lógica da conciliação, perdendo a oportunidade de *mudar profundamente* a sociedade brasileira (FERNANDES, 1986).

A transição teria se dado de um regime ditatorial para uma *república burguesa institucionalizada*, “uma visão doce da autocracia burguesa sustentada pelo fuzil”. Embora em alguns momentos aponte para a complexidade do tempo revolucionário e da revolução democrática, devido ao diagnóstico negativo da recomposição do antigo regime, Florestan propunha que os oprimidos rompessem com a tradição da pseudo-reforma e da pseudo-revolução:

Cabe-lhes cortar o nó górdio de um história que enlaça a burguesia, em escala quase coletiva ao conformismo pró-imperialista e à reprodução do ‘antigo regime’ sob novas bases e novas formas (...). A classe oprimida não só herda ‘tarefas não-cumpridas’ da burguesia, como precisa destruir e enterrar o que sobrou dos vários antigos regimes (FERNANDES, 1986: 75-77).

Em uma análise da “imagem do Brasil” presente na obra *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho critica o fato de o autor ter subestimado – não apenas neste livro, como em trabalhos posteriores – o fato do processo de abertura ter sido acompanhado por uma intensa ativação da sociedade civil, em especial da classe trabalhadora. Segundo Coutinho, o processo de abertura não ocorreu de “cima para baixo”, mas, pelo contrário, “abriu e conquistou espaços que nem de longe estavam previstos no ‘projeto’ geiseliano-golberiano, que previa uma reforma da autocracia ‘pelo alto’, com a conservação de suas características essenciais” (COUTINHO, 2000). Para ele, era compreensível que Florestan subestimasse este processo nos anos 70, na medida em que as suas potencialidades só iriam “tomar corpo e dimensão nacional” a partir das greves do ABC, ocorridas entre 1978 e 1980 e campanha pelas “Diretas já”.

Por não ter avaliado adequadamente as potencialidades do processo de abertura, Florestan continuou subestimando, em seus últimos trabalhos, o peso que os setores populares – e, em particular a nova classe trabalhadora – tiveram nos fenômenos da transição democrática e, conseqüentemente, na definição das instituições políticas (sobretudo a Constituição de 1988) que daí derivaram (COUTINHO, 2000).

Para Coutinho, embora a transição tenha reproduzido, em alguns momentos, a velha tradição brasileira dos “arranjos pelo alto”, também foi determinada pela pressão advinda “de baixo”. Segundo ele, a definição deste momento como uma “transição conservadora”, advém do fato de Florestan ter retido apenas o momento da “reforma pelo alto”. Para este autor, a nova institucionalidade, marcada pela manifestação da “autocracia burguesa”, parecia ser o “último refúgio da ditadura”. Em caminho alternativo à proposta de derrubada da ditadura por uma “revolução explosiva e violenta”, tal qual proposta por Florestan, Coutinho aponta para a necessidade da adoção de uma nova estratégia, que não deveria recorrer – usando os conceitos de Gramsci – à “guerra de movimento”, ou seja, ao choque frontal com a força antagônica, mas sim à “guerra de posição”, marcada por uma revolução “processual” e hegemônica (COUTINHO, 2000).

O contexto da redemocratização, portanto, foi marcado por intensos debates sobre o caráter da transição e da democracia recém-conquistada, nos quais os intelectuais desempenharam papel de suma importância. Formulando propostas e disputando projetos, esta *intelligentsia* buscava novas possibilidades de inserção na vida pública.

As transformações ocorridas no plano conjuntural e estrutural no decorrer do processo de redemocratização, contudo, contribuíram para que a intelectualidade brasileira perdesse a posição de centralidade outrora desempenhada. A emergência de outros setores da sociedade civil, sobretudo na década de 70 e 80, que haviam estado fora da cena política em decorrência do regime militar – como partidos, sindicatos e associações –, promoveu o alargamento do leque de atores centrais no processo de democratização, reduzindo o destaque dado até então à intelectualidade como personagem central da vida pública.

A própria postura de muitos intelectuais após o fim do regime militar contribuiu para que a *intelligentsia* reduzisse sua importância na esfera pública. Presentes no debate público de outrora, lutando e vociferando a favor da democracia, muitos acabaram por se afastar da arena pública, como se o fim da ditadura representasse o fim da batalha. Pelo contrário. Tratava-se do início da disputa sobre qual modelo de democracia e sociedade seria implantado no país. Conquistada a democracia, muitos setores da intelectualidade “deram-se por satisfeitos”, deixando de enfrentar questões centrais – como a desigualdade de renda – que, se

não colocavam aquela democracia representativa recém-conquistada em cheque, a enfraqueciam substancialmente.

REDUÇÃO DA ESFERA PÚBLICA E DESAFIOS PARA A INTELLECTUALIDADE

Nos últimos anos, diversas transformações se processaram e vêm se processando na sociedade brasileira, exercendo influência direta sobre os intelectuais. A abertura democrática e as novas possibilidades de organização marcaram uma nova etapa para a intelectualidade, que pôde superar as homogeneidades que os colocavam em um mesmo campo – ancoradas, sobretudo na luta pela democracia – e optar por direções diferenciadas. As divergências iam aumentando paralelamente ao processo de abertura e a divisão entre a intelectualidade crítica ao regime militar parecia se concentrar sobre a temática da organização autônoma da classe operária e sobre as possibilidades da dimensão institucional para a superação do regime.

Conforme destaca Milton Lahuerta, essas diferenças levaram a “fissuras dentro das hostes do ‘partido da *intelligentsia*’”, que se tornaram ainda mais explícitas no processo de reestruturação partidária de 1979, com o surgimento do PT. A criação do CEDEC, em 1976, impulsionada por Francisco Weffort, já evidenciava, segundo o autor, o caminho pelo qual importante parcela da intelectualidade optaria, colocando-se em posição diferenciada daquela hegemônica no CEBRAP, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Lahuerta, na gênese do CEDEC já estava presente a idéia de constituição de um instrumento partidário autônomo, “tanto diante da frente democrática expressa no MDB quanto da tradição do movimento operário ligada ao PCB” (LAHUERTA, 2001: 83). A ênfase do grupo – que terá a participação de intelectuais como Marilena Chauí e Francisco de Oliveira – concentrar-se-á sobre a necessidade da construção de uma democracia substantiva, ancorada em um “novo sujeito político” – inserido nos movimentos sociais, sobretudo no sindicalismo – que estivesse distante do “peleguismo” e da estrutura corporativa dos sindicatos, que se mantinha desde o Estado Novo (LAHUERTA, 2001).

Além das transformações acima mencionadas, diversas outras mudanças ocorreram nos últimos anos que puseram os intelectuais diante de novas perspectivas e enfrentamentos. O fim da União Soviética, a crítica ao marxismo e ao socialismo, a idéia do fim da História (Fukuyama), o avanço do “ceticismo desencantado” (Bourdieu), a intensificação do processo da institucionalização acadêmica e das idéias pós-modernas, assim como o recrudescimento da esfera pública diante da investida da sociedade midiática colocaram e ainda colocam a *intelligentsia* frente a vários dilemas.

Todas essas transformações somadas ao avanço das políticas e do pensamento neoliberal – pautado pelo determinismo “economicista” – promoveram no país um processo “depressão ideológica”⁵, contribuindo para colocar em cheque muitas das utopias transformadoras até então em voga, que mobilizavam setores importantes da *intelligentsia* brasileira. De acordo com Marcelo Ridenti, os intelectuais críticos, militantes e comprometidos com a superação das contradições da modernidade tendem a ser substituídos por intelectuais resignados, passivos e contemplativos, com a predominância do *sensu de realidade experimentada*, que supõe a eterna reprodução da sociedade capitalista (RIDENTI, 2003).⁶

O fim da União Soviética e suas conseqüências – sobretudo do ponto de vista simbólico – sobre a intelectualidade não podem ser ignoradas. Este evento deu força total aos críticos do marxismo e, ironicamente, a derrota da práxis – mesmo que esta não estivesse de acordo com a teoria – acabou por determinar a crise no campo das idéias. Os ataques destinados à URSS, somados às flechas direcionadas contra o marxismo, acabaram por colocar a esquerda na defensiva, influenciando diretamente a postura da intelectualidade progressista. Sob a influência destes ventos conservadores, que cortavam todos os continentes, a idéia do “fim da história”, pareceu imperar sobre fatia considerável da intelectualidade brasileira, prevalecendo a idéia de que não havia solução além do mercado e da democracia liberal. Para Francisco de Oliveira, houve uma clara vitória ideológica da direita e a esquerda se encontra ainda hoje diante de sérias dificuldades para a formulação de projetos alternativos ao pensamento único, que não signifiquem somente o retorno a posições nacionalistas anacrônicas e uma eterna volta ao desenvolvimentismo, com tudo de positivo, mas com clara insuficiência teórica (OLIVEIRA, 2006).

Segundo Marilena Chauí, o recuo da cidadania e a despolitização da sociedade – devido ao avanço das políticas neoliberais – produziram a substituição do intelectual engajado pela figura do *especialista competente*, cujo suposto saber lhe confere o poder para dizer aos demais o que devem pensar, sentir, fazer e esperar (CHAUÍ, 1983). Esse discurso ganha cada vez mais espaço na sociedade e na academia e aqueles que têm participação engajada são vistos como pessoas “fora do lugar”. Os economistas, como intelectuais do mercado, inscritos

⁵ Termo retirado de Sirinelli, em: SIRINELLI, Jean-François. (2003), “A sociedade intelectual francesa no limiar de um novo século”. in BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo, ROLAND, Denis (orgs.) *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*, São Paulo, Cortez, 188-9.

⁶ Outro artigo que analisa de uma perspectiva interessante o dilema entre o “intelectual reformador” e o “administrador do existente” pode ser encontrado em: REGO, Walquíria D. Leão. (2000), “Ética, ciência e política: do intelectual reformador ao administrador do existente. Perspectivas”. *Revista de Ciências Sociais*, 23: 69-83.

direta ou indiretamente no mundo sistêmico, passam a ser a fração mais influente dos intelectuais e, conforme destaca Werneck Vianna, “procuram traduzir suas análises e posições em matéria especificamente econômica a fim de que elas exerçam atração sobre as dimensões da política e do social” (VIANNA, 2008).

O processo de *institucionalização acadêmica*, intensificado nos últimos anos, também teve conseqüências diretas sobre o comportamento de fatia considerável da intelectualidade. De acordo com Maria Alice Rezende de Carvalho, a universidade foi o principal lócus de organização dos intelectuais ao longo da segunda metade do século XX, principalmente em suas três últimas décadas. Porém, no decorrer dos anos 90, a universidade viu-se em uma encruzilhada no que se refere à sua destinação enquanto agência de inscrição dos intelectuais na vida pública brasileira, sobretudo em decorrência das projeções de esgotamento desse mercado, em razão da escassez de postos universitários, *vis-à-vis* o número de pós-graduandos formados (CARVALHO, 2007).

Além disso, nos últimos anos, em decorrência de uma série de transformações vinculadas ao mundo universitário, vem aumentando consideravelmente este processo de institucionalização acadêmica que, se por um lado, tem o aspecto positivo de ampliar a produção no campo das ciências sociais, por outro, acaba por estimular o “recolhimento” dos professores universitários em suas instituições de ensino, deixando de lado a participação na esfera pública e preocupando-se principalmente com a produtividade de suas pesquisas. Segundo Marilena Chauí, a universidade tem se transformado em uma organização prestadora de serviços, marcada pela “fragmentação competitiva” e a maior parte das pesquisas nela desenvolvidas atualmente é determinada pelas exigências de mercado, impostas por agências financiadoras (CHAUÍ, 2003). Além desse processo contribuir para a ausência de uma reflexão mais problematizada por parte da *intelligentsia* sobre questões universais, ela conduz a um afastamento da esfera pública e de espaços de organização política.⁷

A institucionalização acadêmica está diretamente relacionada à especialização cada vez maior dos intelectuais em decorrência das exigências do mercado e do que se convencionou chamar de *pós-modernismo*. O fio principal que perpassa todos esses princípios conhecidos como pós-modernos é a ênfase na natureza fragmentada do mundo e do conhecimento humano. Os fundamentos do conhecimento moderno e os conceitos que fundaram e orientaram a modernidade – como as idéias de verdade, racionalidade e

⁷ Sobre a relação entre universidade e produtividade, ver: SANTOS, Boaventura de Souza. (2006), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo, Cortez, pp.200-205.

universalidade – vêm sendo sistematicamente colocados em cheque. A agenda “pós-moderna” vem contribuindo de maneira decisiva para o afastamento dos intelectuais da esfera pública.

Conforme destaca Ellen Wood, o pós-modernismo implica em uma rejeição dos modelos de explicação “totalizantes” e dos valores “universalistas”, outrora tão caro aos intelectuais. As concepções ocidentais de racionalidade, assim como idéias gerais de igualdade e a concepção marxista de emancipação humana geral, caíram por terra, dando espaço para explicações relativistas. Segundo a autora, as conseqüências políticas de tudo isso são bem claras: “não pode haver base para a solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma ‘identidade’ social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns” (WOOD, 1999: 12-13).

Paralelamente a esses processos, vale ressaltar que o alargamento do espaço privado sob os imperativos do mercado tem levado o intelectual a afastar-se cada vez mais da esfera pública. Conforme destaca Habermas, na nossa *sociedade midiática* ocorre uma nova mudança estrutural da esfera pública, que provoca transformações fundamentais na figura clássica do intelectual (HABERMAS, 2006). É preciso que se relacione essa crise com o crescimento da cultura da mídia, que contribuiu para o surgimento de novos “líderes de opinião” em um contexto marcado pelo relativismo cultural. Cada especialista é chamado para falar sobre o nicho que lhe apetece e os intelectuais passam a atuar apenas no interior de determinadas redes, que requerem somente aquele conhecimento específico.

A sociedade midiática opera no sentido de uniformizar o tempo da produção do conhecimento, o que acaba por restringir e limitar a capacidade de reflexão por parte da intelectualidade. Como observam Bastos e Rego, a mídia passa a definir os sujeitos que irão atuar e participar das discussões públicas, pelo fato de possuir o poder de agendamento para definir os debates de interesse público (BASTOS & REGO, 1999). A óbvia conseqüência disso, como podemos comprovar diariamente, é o abandono de questões mais gerais, relacionadas àquilo que Gramsci chamou de “grande política”. Conforme destaca Francisco de Oliveira, “quem perde com a redução do espaço público é a *polis*; é exatamente a política que perde, pois a *polis* é o lugar da interlocução” (OLIVEIRA, 2001: 128). O desenvolvimento de uma subjetividade antipública – que se constrói à medida que a informação torna-se um simulacro do conhecimento – tem claras conseqüências sobre a intelectualidade crítica.

A REIVENCÃO DO PÚBLICO: INTELLECTUAIS E MODERNIZAÇÃO INCLUSIVA

O processo de modernização econômico-social no Brasil, ao seguir uma “revolução passiva”, foi marcado por transformações que privilegiaram uma conciliação entre os representantes dos grupos dominantes, conciliação esta que se expressou através de reformas “pelo alto”. O processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular, jacobina, implica sempre em dois momentos: o da “restauração” – pois trata-se de uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical “de baixo para cima” – e o da “renovação” – na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas classes dominantes (GRAMSCI, 2002; COUTINHO, 1998; VIANNNA, 2004) .

Entre as várias conseqüências deste processo de “revolução passiva”, houve o fortalecimento do que Gramsci denomina de “sociedade política” em detrimento da “sociedade civil”, influenciando diretamente o modo de relacionamento “clássico” entre intelectuais e classes sociais. O processo de “assimilação” de muitos dos virtuais representantes ideológicos dos grupos populares através de variados mecanismos de *cooptação*, reduziu as possibilidades de integração orgânica dos intelectuais com a luta das classes subalternas (COUTINHO, 1990). Os intelectuais viram-se diante de desafios e contradições, encontrando muitas vezes no Estado, ou em instituições a ele vinculadas, espaços nos quais pudessem inserir-se na esfera pública. Em períodos de exceção – como durante a ditadura militar de 64 –, a *intelligentsia* buscou novos locais nos quais pudesse atuar publicamente na luta contra a repressão. Dentro ou fora do Estado, a favor ou contrário a ele, os intelectuais brasileiros buscaram conferir dimensão pública às suas atividades.

A “crise das ideologias estruturantes”, por um lado, e os avanços dos poderes midiáticos, por outro, colocaram grandes dilemas para a intelectualidade sobretudo após os anos 90, dilemas estes ainda sem perspectiva de serem solucionados. Situados no centro do furacão, acusados ora de passividade (“silêncio”) ora de excesso de ativismo (“tagarelice”), os intelectuais vêm-se confrontados diariamente diante de novas situações, que recolocam a questão sobre seu papel na sociedade contemporânea e a dimensão pública de suas atividades. *Pari passu* ao avanço de transformações moleculares que aprofundam a democracia no país, vêm ocorrendo diversas transformações que influem diretamente na esfera pública, contribuindo sobremaneira para a redução da importância do intelectual no debate público e democrático.

O intelectual se encontra em uma posição paradoxal, na medida em que ao mesmo tempo em que a sociedade se complexifica, ampliando os raios e espaços para sua atuação, ela acaba por exigir a figura do especialista competente, forçando o rompimento com a tradição da *intelligentsia* de inserção e intervenção na esfera pública. A separação entre as dimensões

sistêmica e política, com clara hegemonia da primeira, motivada pelo avanço do livre mercado e pelo isolamento da economia como dimensão auto-referida, dificultam a formulação de propostas por parte da *intelligentsia* que se coloquem no campo da crítica alternativa, oferecendo novas possibilidades de *politização da sociedade e socialização da política*.

Em relação a esse processo de especialização, temos total acordo com Werneck Vianna, quando ele aponta para a possibilidade de inovação de “uma ciência que se especializa, acompanhando o seu processo de institucionalização, mas que não abdica do seu impulso originário para que se encontre com a sua sociedade” (VIANNA, 2004: 231-232). Nesse sentido, é fundamental que a institucionalização da ciência – de suma importância para o avanço do conhecimento científico – tenha correspondência no processo de ampliação da intervenção do intelectual na esfera pública. Esta segunda dimensão, que tem sido, de certa forma, deixada de lado nos últimos anos, deve ser recuperada até mesmo no sentido de reencontro com a tradição da intelectualidade brasileira, que desde sua formação orientou-se no sentido de compreender os problemas brasileiros. A *intelligentsia* sempre cumpriu e pode cumprir cada vez mais um papel relevante na sociedade, articulando-se com outros setores da sociedade civil organizada, para que formulem e questionem problemáticas pertinentes ao processo da modernização brasileira.

Cabe à intelectualidade além do avanço do conhecimento científico, a tarefa de levantar questões pertinentes à vida pública, que interroguem e desafiem as idéias do pensamento único hegemônico. Para tanto, faz-se necessária a “reinvenção do público como lugar em que se entrecruzam práticas e projetos, ação e reflexão”, que não se reduzam nem ao mercado e nem ao Estado (CARVALHO, 2007: 15). Para que o intelectual possa ter condição de manter esse *link* com sua tradição, indo ao encontro das questões pertinentes à sociedade, é importante que sejam fortalecidos e criados novos espaços públicos e democráticos, que permitam sua inserção enquanto ator relevante. Além das universidades e institutos, outros ambientes – como as ONGs, a internet, com seus *sites* e *blogs* – têm aparecido e podem ser repensados, como espaços de redefinição do conhecimento acadêmico, bem como *lócus* que permitem a interação com atores e problemas sociais contemporâneos.

A internet oferece novas possibilidades de inserção para os intelectuais, através de textos em *sites*, *blogs*, *chatrooms*, sobretudo com a expansão da inclusão digital, na medida em que possibilita a ampliação da esfera pública. Contudo, é importante ressaltar, conforme destaca Einsenberg, que existe uma batalha em curso em torno da definição dos padrões de apropriação do meio, sem sabermos ainda se será a soberania do consumidor ou a soberania

do cidadão que será privilegiada nesse processo (EISENBERG, 2003). É importante, portanto, o enfrentamento desta batalha, de forma a inserir a internet como uma esfera pública inclusiva, que permita a democratização da informação a todos os cidadãos.

Conforme destacamos acima, o avanço dos poderes midiáticos tem promovido transformações substanciais na esfera pública e na figura do intelectual. A construção de uma nova esfera pública passa pela criação de espaços que permitam que todos tenham iguais condições de interferir e decidir sobre os rumos da sociedade. Nesse sentido, é importante que se discuta acerca da democratização dos meios de comunicação, medida esta complexa, mas que pode contribuir significativamente para a revalorização da figura do intelectual. Uma esfera pública verdadeiramente democrática pressupõe meios de comunicação democráticos, não monopolizados e submetidos aos imperativos do mercado. Do ponto de vista republicano, é fundamental a existência de uma esfera pública democrática, de modo a estimular o debate e a reflexão em torno de questões públicas, que dizem respeito a toda Cidade, abrindo novas possibilidades para uma inserção mais proveitosa da intelectualidade enquanto figura importante no processo de democratização da sociedade.

Não se trata, obviamente, de conceber o intelectual como o agente capaz de produzir a síntese perfeita ou como o agente do universal (Mannheim), munido dos elementos apropriados de oferecer as respostas de maneira mais neutra sobre as demais classes sociais. Trata-se sim de reconhecer a importância da *intelligentsia* para a efetivação de uma esfera pública democrática e republicana, sobretudo em uma sociedade como brasileira, que além de já possuir uma tradição que possibilita que a intelectualidade assuma este papel, necessita da sua contribuição para a formulação de problemáticas e soluções, que permitam construir uma modernização inclusiva, rompendo com a exclusão social e com a desigualdade de renda abissal aqui existente.

Lida em uma chave negativa, esta dimensão pública central da atividade intelectual representa um retrocesso, na medida em que os intelectuais assumiriam um papel de protagonismo, que em sociedades marcadas por processos de revoluções populares, estaria reservado aos movimentos sociais organizados. Não pretendemos, contudo, afirmar a primazia daqueles sobre estes. Mas, sim apontar para a possibilidade da leitura desta tradição em uma chave positiva, destacando as potencialidades para a atuação da intelectualidade não enquanto substitutiva dos demais setores da sociedade civil, mas como um ator relevante, que pode trabalhar coletivamente e atuar substancialmente na construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, Elide Rugai e REGO, Walquíria D. Leão (orgs.). (1999), *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*, São Paulo, Olho d'Água.
- BOBBIO, Norberto. (1997) *Os intelectuais e o poder. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*, Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 2ª edição, São Paulo, Editora UNESP.
- BOSCHI, Renato e LIMA, Maria Regina Soares. (2002) “O Executivo e a construção do Estado no Brasil: do desmonte da Era Vargas ao novo intervencionismo regulatório”, in VIANNA, Luiz Werneck (org.), *A democracia e os três poderes no Brasil*, Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, Iuperj, Faperj.
- CAVALCANTE, Berenice. (1995), “Os ‘letrados’ da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII”. *Acervo*, 8, 12: 53-66.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1984), “Introdução (quase um prefácio)”, in SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Sociedade e política no Brasil pós-64*, São Paulo, Brasiliense.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil”. *Cadernos CEDES*, 09: 1-21. Disponível em: <<http://cedes.iuperj.br/>>. Acesso em: 12/04/2008.
- CHAUÍ, Marilena. (1983), *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- . (2003), “A universidade pública sob novas perspectivas”. *Revista Brasileira de Educação*, 24: 5-15.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (1984), “Alternativas da transição”. *Presença*, 3.
- . (1998), “Gramsci no Brasil: recepção e usos”, in MORAES, João Quartim de (org.), *História do marxismo no Brasil*, Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1998, pp. 123-157.
- . (1990), “Cultura e sociedade no Brasil”, in: ——. *Cultura e sociedade no Brasil*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, pp. 39-80.
- . (2000), “Marxismo e ‘imagem do Brasil’ em Florestan Fernandes”. *Especial para Gramsci e o Brasil*. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90>>. Acesso em: 10/05/2005.
- DINIZ, Eli. (1999), *Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil, 1985-95*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.

- EISENBERG, José. “Internet, democracia e República”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11/05/2008.
- FERNANDES, Florestan. (1986), *Nova República?*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora.
- FERNANDES, Florestan. (1986), *A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*, Petrópolis, Vozes.
- GARCIA, Marco Aurélio. (1985), “Os intelectuais e os partidos de esquerda”, in SOARES, M. S. Arrosa (org.), *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*, Porto Alegre, UFRGS.
- GRAMSCI, Antonio. (2002), *Cadernos do Cárcere – Vol. 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália*. Edição de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- HABERMAS, Jürgen. O caos da esfera pública. *Folha de São Paulo*, Caderno "Mais", 13/08/2006, pp. 4-5.
- KONDER, Leandro. (2001), “História dos intelectuais nos anos 50”, in FREITAS, Marcos. *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo, Contexto, p.355-374.
- LAHUERTA, Milton. “Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, 8, 14/15: 53-95..
- MICELI, Sergio. (1999), “Intelectuais brasileiros”, in — (org.). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995). Sociologia. Volume II*, São Paulo, Editora Sumaré, ANPOCS; Brasília, DF, CAPES.
- OLIVEIRA, Francisco de. (2001), “Intelectuais, conhecimento e espaço público”. *Revista Brasileira de Educação*, 18: 125-132.
- . (2006). “No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil”, in: NOVAES, Adauto (org.), *O silêncio dos intelectuais*, São Paulo, Companhia das Letras.
- PÉCAUT, Daniel. (1990), *Intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*, São Paulo, Editora Ática.
- PONTES, Heloísa. (1997), “Círculos de intelectuais e experiência social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12, 34: 57-69.
- MANSILLI, H.C.F, et al (org.). (2004), *Os intelectuais e a política na América Latina*, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer.
- REGO, Walquíria D. Leão. (2000), “Ética, ciência e política: do intelectual reformador ao administrador do existente. Perspectivas”. *Revista de Ciências Sociais*, 23: 69-83.

- _____. (2003), “Tavarez bastos e Oliveira Vianna: Contraponto”, in MORAES, João Quartim de. e BASTOS, Élide Rugai (orgs.) *O pensamento de Oliveira Vianna*, Campinas, Editora da UNICAMP.
- REIS, Daniel Aarão. (2000), “Intelectuais e política nas fronteiras entre reforma e revolução”, in —(org.), *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, 7 Letras, pp.11-34.
- RIDENTI, Marcelo. (2003), “Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60?”, in BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo, ROLAND, Denis (orgs.), *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*, São Paulo, Cortez, pp. 197-212.
- SANTOS, Boaventura de Souza. (2006), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo, Cortez.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. (1993), “Os Institutos Históricos e Geográficos: guardiões da História oficial”, in: — *O espetáculo das raças*, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 99-140.
- SEVCENKO, Nicolau. (1983), *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- SIRINELLI, Jean François. (1996), “Os intelectuais”, in RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha, 2ª edição, Rio de Janeiro, UFRJ.
- SIRINELLI, Jean-François. (2003), “A sociedade intelectual francesa no limiar de um novo século”, in: BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo, ROLAND, Denis (orgs.), *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*, São Paulo, Cortez.
- VIANNA, Luiz Werneck. (2004), *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Revan.
- VIANNA, Luiz Werneck. “A sucessão de Lula e o retorno do nacionalismo popular”. *Especial para Gramsci e o Brasil*. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=895>>. Acesso em: 30/03/2008.
- WOOD, Ellen M. (1999), “Introdução: o que é a agenda ‘pós-moderna’?”, in WOOD, Ellen M. E FOSTER, John, B. (org.) *Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo*. Tradução de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora.